

Editorial

Os Direitos humanos estão cada vez mais na ordem do dia. Assim a coordenação do presente número decidiu dedicar o nr 21 da Revista *Debater a Europa* ao tema “Mundo Atual e os desafios aos Direitos Humanos.”

O volume que agora se publica reúne quatro artigos de fundo, um artigo publicado na secção *Varia* e uma recensão crítica, seleccionados pelo sistema de peer review entre todas as propostas recebidas e centrados em temáticas muito variadas.

Adriano Moreira num magnífico ensaio aborda “A Retroatividade e a Defesa dos Direitos Humanos”. Neste artigo, o autor defende que “Nuremberg foi juridicamente um corte com o passado jurídico, para defender o futuro da ética. Nesta entrada do incerto 2019 as violações dos direitos humanos, não sendo reprimidas, ameaçam o futuro. Por isso é necessário revisitar o espírito de Nuremberg”.

Num artigo sobre “A Declaração Universal dos Direitos Humanos no atual contexto internacional dos movimentos migratórios”, Ana Celeste Carvalho aborda “Os direitos dos refugiados que assumem uma relevância crescente na atualidade, em consequência do aumento dos movimentos migratórios. As Nações Unidas criaram uma *Carta Mundial de Direitos Humanos*, onde se inclui o direito de asilo e os direitos dos refugiados, na aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de dois Pactos Internacionais sobre direitos humanos, da Convenção de Genebra sobre o Estatuto do Refugiado e da Declaração sobre Asilo Territorial. A União Europeia, através do Sistema Europeu Comum de Asilo, tem desenvolvido a proteção internacional de asilo e dos refugiados, que vai para além do que consagra o direito internacional.”

Marina Azevedo Leitão e Isabel Maria Freitas Valente, por seu lado, questionam-se sobre a(s) Independência(s) numa era de interdependências e quais os impactos sobre o estatuto dos cidadãos da União Europeia. Para tal partem de uma investigação sobre o significado da palavra ‘secessão’ e de uma indagação de algumas das tensões que são inerentes à sua efetivação como prática e horizonte político emancipatório, refletindo, a partir daí, sobre uma das principais questões envolvidas no debate europeu atual sobre tal fenómeno: qual o seu impacto no ‘estatuto dos cidadãos da União’? Embora se trate de uma reflexão teórica, o intuito é o de fornecer elementos que permitam acrescentar dimensões de inteligibilidade a esse mesmo debate.

Alexandra Aragão num artigo intitulado “Direito fundamental de participação cidadã em matéria ambiental: o papel dos serviços dos ecossistemas” pretende mostrar como o conceito científico de “serviços dos ecossistemas” pode ser usado na fundamentação das decisões dos poderes públicos em matéria ambiental, reforçando a utilidade da participação dos cidadãos, reforçando a legitimidade das decisões de desenvolvimento e reduzindo os conflitos sociais.

José António Martins, através de uma análise detalhada do conceito de “crise” aborda o percurso institucional dos primórdios das Comunidades Europeias até aos nossos dias.

Uma palavra de particular apreço e agradecimento aos autores que pelo seu prestígio, competência e disponibilidade tornaram possível mais um número da Revista *Debater a Europa* – que se pretende espaço de reflexão aberto e debate aceso – sobre um tema tão relevante e de inquestionável oportunidade.

A todos, o nosso profundo e sincero reconhecimento.

A coordenadora